

O lado sério do governo Sarney

O aparecimento do ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, na televisão, alertando a população brasileira para os riscos da desordem econômica provocada pelo indiscriminado perdão da correção monetária no pagamento de dívidas contraídas por pequenos e microempresários e proprietários rurais durante a vigência do Plano Cruzado, reforça a impressão de que, enfim, o governo Sarney tem um rosto. Mais do que isso, o tom incisivo, realista, apoiado em fatos concretos e despidido de demagogia, do discurso do Ministro mostra que ele começa a dar ao ministério de que é membro o que nunca teve antes: personalidade própria.

É pouco provável que os argumentos racionais expostos à massa telespectadora nacional por Maílson da Nóbrega convençam os constituintes de que a anistia às dívidas do Plano Cruzado seja um absurdo. Dificilmente sua lucidez bastará para evitar que políticos, interessados apenas em seu próprio desempenho eleitoral, consigam retirar a viseira populista e enxergar as dificuldades pelas quais a Nação pode passar por conta da irresponsável aprovação da matéria. Ainda assim, o equilíbrio do ministro ante as câmeras da televisão é suficiente para o Brasil descobrir que, felizmente — pelo menos nas questões econômicas, justamente as mais sérias da crise pela qual passamos —, o governo deixou de ser errático e passou a perseguir alguns objetivos concretos e coerentes.

Talvez como subproduto dessa nova face racional, exposta a público por um ministério normalmente indeciso e incoerente, a Constituinte tenha decidido ontem adiar a votação da polêmica disposição transitória, ganhando tempo para meditar, com alguma profundidade, a respeito do assunto. Trata-se de uma vitória parcial, mas não deve ser desprezada, até por-

que a própria sustentação política do governo engrossa a fileira daqueles que estão dispostos a dividir entre todos os contribuintes os prejuízos dos mais crédulos, que contraíram dívidas bancárias acreditando na palavra messiânica do sr. Dílson Funaro.

O comando político do governo mostrou-se hesitante em momentos importantes, permitindo que a questão do calote nacional, por mais absurda que seja, chegasse ao plenário contando com uma ampla maioria, agora quase insuperável. O próprio líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha, fiel à orientação do plenário, lembrou, na reunião final da noite de anteontem, no Palácio do Planalto, o fato contraditório de os deputados que engrossam a tese do perdão serem justamente remanescentes do Centrão e os mais fervorosos cinco-anistas, estando contra, ou seja, na mesma posição do governo, os partidos de extrema esquerda e os chamados "progressistas" do PMDB, eleitores do mandato de quatro anos para Sarney.

Como se pode perceber no episódio, a batalha maior travada pelo ministro da Fazenda não é fora, mas dentro do governo e dos arraiais políticos que teoricamente lhe dão suporte no Parlamento. Além de enfrentar, com disposição, o tiroteio promovido pelos governadores gastadores, liderados por Orestes Quêrcia e Newton Cardoso, Maílson é alvo de balas perdidas de franco-atiradores instalados em gabinetes na própria Esplanada dos Ministérios e nos refrigerados escritórios da burocracia federal. A hostilidade que enfrenta de seus companheiros de Ministério é quase total e, muitas vezes, ele não pode contar nem mesmo com a solidariedade de técnicos que, como ele, dizem professar idéias liberais a respeito da gestão da máquina administrativa.

A arma que o mocinho Maílson tem

empunhado, em seu duelo solitário contra as quadrilhas da burocracia federal, é uma teimosa (felizmente para o Brasil) racionalidade técnica. Foi assim que ele abateu o avião do estapafúrdio brigadeiro Paulo Roberto Camarinha, com seus bombardeios erráticos mas pertinazes. Da mesma forma, não resistiu a sua pontaria eficaz outro crítico da política econômica, o presidente da Petrobrás, Ozires Silva, demitido ontem. O caso de Ozires, aliás, é exemplar, pois mostra como muitas vezes um técnico competente e bem-intencionado se deixa seduzir pelo canto da sereia das corporações a ele subordinadas, prejudicando a coerência de suas atitudes em benefício de uma popularidade fácil mas efêmera (como, aliás, prova o episódio do afastamento de Camilo Calazans do Banco do Brasil e começa a demonstrar a saída do próprio Camarinha da chefia do EMFA).

Ao contrário de Ozires, Maílson tem, pelo menos até agora, resistido à sedução da popularidade fácil e preferido sentar-se no comando de sua própria coerência técnica. Por não ceder aos apelos cômodos do discurso corporativista, tem representado o ponto de apoio sério de um governo, que, na maioria das vezes, exhibe apenas um rosto flácido e indeciso. Ao aparecer na televisão com a missão de dar más notícias, Maílson começa a se afirmar como o lado sério e definido de um governo normalmente atormentado pela dúvida na hora de decidir. Mesmo que só consiga o apoio político após quase chegar à exaustão — como aconteceu em relação aos líderes parlamentares fiéis à orientação do Planalto, na anistia das dívidas do Plano Cruzado —, isso já basta para torná-lo o primeiro-ministro de fato de um Ministério que ganha, enfim, personalidade, conquistando pela seriedade de técnico sem ambições políticas o que Funaro e Bresser deixaram escapar, pelo apego irresponsável à demagogia.